

MENSAGEM Nº 224

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de maio de 2023.

Brasília, 12 de Abril de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 287/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 18/05/2023, às 20:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4254381** e o código CRC **51A722E0** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003513/2023-67

SUPER nº 4254381

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL

FERNANDO SIMAS MAGALHÃES

CPF.: 221.169.311-34

ID.: 5114 MRE

1957 Filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercilia Fava Simas Magalhães, nasce em 16 de outubro, na cidade do México/DF, México (brasileiro nato, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1979 Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
1984 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
1998 Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: “Cúpula das Américas de 1994: papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica”.
1998 Curso de Teoria das Relações Internacionais, pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Equador

Cargos:

1980 Terceiro-secretário
1982 Segundo-secretário
1987 Primeiro-secretário, por merecimento
1994 Conselheiro, por merecimento
1999 Ministro de segunda classe, por merecimento
2008 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1980-84 Divisão das Nações Unidas, assistente
1984-87 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, segundo-secretário
1987-90 Embaixada em Moscou, segundo e primeiro-secretário e encarregado de negócios
1990-92 Secretaria-Geral de Política Exterior, assessor
1992-93 Departamento das Américas, coordenador executivo
1993-96 Embaixada em Washington, primeiro-secretário e conselheiro
1996-99 Embaixada em Quito, conselheiro
1999-01 Divisão da América do Sul II, chefe
2001-03 Secretaria-Geral, assessor
2003-05 Embaixada em Madri, ministro-conselheiro e encarregado de negócios
2005-07 Missão junto à Organização dos Estados Americanos, Washington, ministro-conselheiro e encarregado de negócios
2007-10 Departamento da África, diretor
2010-15 Embaixada em Quito, embaixador
2015-16 Subsecretaria-Geral Política I, subsecretário-geral
2016-18 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte, subsecretário-geral
2018-21 Missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), Washington, representante permanente
2021-22 Secretário-Geral das Relações Exteriores, secretário-geral

Publicações:

1990 "The Impact of East-West Confidence-building Measures on Global Security: A view from the South" in "DISARMAMENT - United Nations", Volume XIII, Number 1
2017 "O Brasil e a Proteção Internacional de Refugiados", Revista Interesse Nacional, ano 10, número 39

Condecorações:

1996	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1996	Medalha do Pacificador, Brasil
2002	Ordem Nacional ao Mérito, Equador, Comendador
2002	Ordem ao Mérito Naval, Brasil, Comendador
2002	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2003	Ordem do Mérito Civil, Espanha, Comendador
2009	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2011	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2014	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2018	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2019	Medalha Exército Brasileiro, Brasil
2021	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
2022	Medalha Mérito EMCFA, Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Europa e América do Norte

Departamento de Europa

Divisão de Europa Setentrional

PAÍSES BAIXOS



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
MARÇO DE 2023**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino dos Países Baixos
GENTÍLICO	Neerlandês
CAPITAL	Amsterdã (a Haia é a sede do governo e do parlamento)
ÁREA	41.543 km², excluindo-se o caribe neerlandês (999 km²)
POPULAÇÃO (2022) ¹	17,6 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Neerlandês (oficial nacional); frisão, inglês e papiamento (oficiais regionais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES ²	Sem afiliação (51%), católica (24%), protestante (15%), islâmica (6%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, com a Câmara dos Representantes (150 membros) e o Senado (75 membros)
CHEFE DE ESTADO	Rei Willem-Alexander (desde abril de 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Mark Rutte (desde outubro de 2010, VVD)
CHANCELER	Wopke Hoekstra (desde janeiro de 2022, CDA)
PIB (2022E) ¹	US\$ 990 bilhões
PIB PPC (2022E) ¹	US\$ 1,23 trilhão
PIB PER CAPITA (2022E) ¹	US\$ 56.300
PIB PPC PER CAPITA (2022E) ¹	US\$ 69.710
VARIAÇÃO DO PIB ¹	0,8% (2023E); 4,5% (2022E); 4,9% (2021)
IDH (2019) ³	0,944 – 8º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2019) ⁵	0,29
EXPECTATIVA DE VIDA (2020) ⁴	81
DESEMPREGO (1/2023) ⁴	3,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA ⁵	Cerca de 65 mil pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) Governo dos Países Baixos; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Itamaraty

CORRENTE COMERCIAL – US\$ bilhões						
Brasil → Países Baixos	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	9,3	9,9	9,3	8,1	11,4	14,7
Exportações	7,4	8,2	7,2	6,7	9,3	11,9
Importações	1,9	1,7	2,2	1,4	2,1	2,7
Saldo	5,5	6,5	5,0	5,3	7,2	9,1

Fonte: *Ministério da Fazenda*

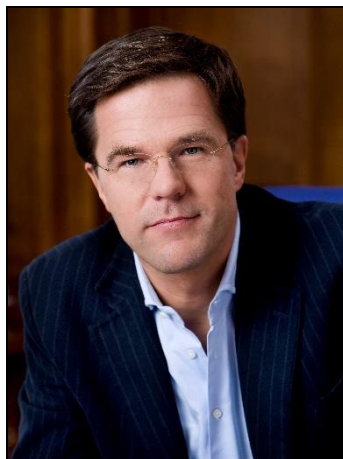
PERFIS BIOGRÁFICOS

Willem-Alexander
Rei dos Países Baixos



Willem-Alexander, 55 anos, nasceu em Utrecht. Filho mais velho da rainha Beatrix e do nobre e diplomata alemão príncipe Claus, tornou-se oficialmente o herdeiro do trono do Reino dos Países Baixos em 1980. É formado em História pela Universidade de Leiden. Foi membro do Comitê Olímpico Internacional (1998-2013), presidente do Comitê Consultivo sobre Água do Ministério da Infraestrutura e Meio Ambiente (2004-2013) e presidente do Conselho Consultivo do secretário-geral da ONU sobre Água e Saneamento (2006-2013). Ascendeu ao trono em 2013, após a abdicação de sua mãe. É casado com a rainha Máxima (Zorreguieta Cerruti), nascida em Buenos Aires.

Mark Rutte
Primeiro-ministro dos Países Baixos



Mark Rutte, 56 anos, nasceu na Haia. Coursou História na Universidade de Leiden. Concluída sua graduação, trabalhou por dez anos na empresa holandesa Unilever. Em 2002, foi nomeado secretário de Estado de Assuntos Sociais e Emprego, cargo que deixou em 2004 para ocupar a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Ciências. Em 2006, retornou à segunda câmara do parlamento, quando se tornou líder do seu partido. Em outubro de 2010, foi nomeado primeiro-ministro. Após as eleições de 2021 e longo período de negociação partidária, iniciou seu quarto mandato no cargo em janeiro de 2022. Em agosto deste ano, tornou-se o primeiro-ministro mais longevo no cargo na história dos Países Baixos.

Twitter:

@markrutte

Wopke Hoekstra

Vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos



Wopke Hoekstra, 47 anos, nasceu em Bennekom. É graduado e mestre em Direito pela Universidade de Leiden. Hoekstra também possui formação introdutória em História, também pela Universidade de Leiden, e MBA pela INSEAD. Trabalhou entre 2006 e 2017 na consultoria McKinsey & Company. Paralelamente, tornou-se senador em 2011, cargo que ocupou até 2017, quando foi nomeado ministro das Finanças. Em janeiro de 2022, no gabinete Rutte IV, deixou a pasta de Finanças para assumir os cargos de vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros. É líder do partido Apelo Cristão-Democrata desde 2020.

Twitter: @WBHoekstra

APRESENTAÇÃO

Os Países Baixos são monarquia constitucional desde 1848, quando o monarca passou a submeter-se ao controle do parlamento bicameral. A nação também é conhecida como Holanda, nome de duas das principais províncias do país. As pessoas que nascem nos Países Baixos são chamadas de neerlandeses ou também de holandeses. A capital é Amsterdã e a sede do governo se encontra na cidade de Haia.

O florescente comércio neerlandês no Período de Ouro dos Países Baixos (1584-1702) resultou em uma larga e rica classe comercial. Como decorrência de sua dimensão e de sua história como nação de comerciantes, fruto de sua posição geográfica no centro da Europa e do papel de seus portos como entrada para o mercado consumidor europeu, o país tradicionalmente valoriza o multilateralismo e o livre comércio. A defesa de uma ordem internacional liberal fundada no Direito constitui o cerne da autoimagem nacional. Como reforço a essa determinação, os neerlandeses têm buscado acolher na Haia numerosas organizações internacionais e, no país, grandes empresas com atuação global.

A região costeira fica, na maior parte, abaixo do nível do mar, e desde a Idade Média os holandeses drenam a água. Primeiramente, usavam moinhos de vento; mais tarde, passaram a empregar bombas. Barragens ou diques foram construídos para manter a água afastada.

Durante os séculos XVI e XVII, a República Holandesa ficou conhecida por sua valorização da tolerância religiosa, o que ainda é considerado tema de orgulho nacional. No século XVIII, mesmo com a Igreja Reformada Holandesa sendo a religião oficial do estado, o catolicismo e o judaísmo eram amplamente tolerados, apesar de estes últimos terem sido inicialmente tratados de maneira diferente no país.

No final do século XIX, essa tradição foi transformada em uma política de “pilarização”, em que os grupos religiosos coexistiam separadamente e apenas interagiam no nível de governo. Após a Segunda Guerra Mundial, liberais e socialistas, mas também protestantes e católicos, começaram a questionar o sistema de pilarização. Foi fundado um movimento de unidade, o Movimento Popular Nederlandse Volksbeweging. Progressistas de todos os pilares se uniram com o objetivo de renovar o sistema político. A pilarização da sociedade ainda não desapareceu completamente, e muitos de seus remanescentes ainda podem ser vistos no século XXI.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES

Embaixador do Brasil em Haia	Embaixador Paulo Roberto Caminha de Castilhos França (desde dezembro de 2020)
Cônsul-Geral do Brasil em Amsterdã	Embaixador Cezar Augusto de Souza Lima Amaral
Embaixador dos Países Baixos em Brasília	Embaixador André Driessen (desde agosto de 2021)
Cônsul-Geral dos Países Baixos no Rio de Janeiro	Maria Cohen
Cônsul-Geral dos Países Baixos em São Paulo	Wieneke Vullings

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS

Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Mecanismo de Consultas Políticas	6	Setembro de 2022, na Haia
Comissão Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação	5	Março de 2022, na Haia

Os contatos entre Brasil e Países Baixos remontam à história compartilhada do período da presença neerlandesa no Nordeste brasileiro, no século XVII. Após a independência do Brasil, foram estabelecidas relações diplomáticas em 1828. Nas últimas décadas, os laços foram fortalecidos e ganharam dinamismo, em particular em sua vertente econômico-comercial. O Brasil desfruta de considerável simpatia da parte dos neerlandeses, ancorada em valores e interesses políticos comuns. Os Países Baixos identificam no país ator relevante na estabilização e modernização da América do Sul e na construção de novo paradigma de crescimento econômico.

O último encontro entre chefes de governo de Brasil e Países Baixos ocorreu em 2019, à margem da Cúpula do G20. A última visita bilateral de chanceleres realizou-se na Haia, em 2013, apesar de diversos encontros posteriores em ocasiões distintas.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A balança comercial tem grande importância e é tradicionalmente superavitária para o Brasil, uma vez que os Países Baixos e seus portos são utilizados como porta de entrada para os produtos brasileiros na Europa.

Em 2022, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 14,7 bilhões, com aumento de 27% em relação ao ano de 2021. As exportações brasileiras para os Países Baixos foram de US\$ 11,9 bilhões (+28%), o que representou 3,6% do total das exportações

brasileiras, ao passo que as importações desde os Países Baixos, de US\$ 2,7 bilhões (+31%), representaram 1% do total das importações brasileiras. O saldo comercial bilateral manteve-se favorável ao Brasil, alcançando US\$ 9,2 bilhões, de modo que os Países Baixos figuraram em 4º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e o 21º lugar no ranking das importações.

Os principais produtos exportados pelo Brasil, em 2022, foram óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (18%); soja (9,5%); e farelos de soja (9%%). A pauta importadora, no mesmo período, foi composta principalmente por óleos combustíveis (42%); adubos ou fertilizantes químicos (11%); e demais produtos da indústria de transformação (5%).

De acordo com o critério de investidor imediato do Banco Central, os Países Baixos são os segundos maiores investidores estrangeiros no Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos. Em 2021, o estoque de investimentos neerlandeses foi de cerca de US\$ 126 bilhões, o que representa cerca de 19% dos investimentos estrangeiros no Brasil. No critério de controlador final, o estoque de investimentos neerlandeses no Brasil foi de US\$ 19 bilhões (13º maior) no mesmo ano. Esses dados, contudo, devem ser tomados com cautela, diante da possibilidade de representarem operações de triangulação de terceiros países, atraídos pelo favorável regime tributário neerlandês. Os investimentos neerlandeses no Brasil concentram-se em indústrias de transformação e atividades financeiras, ademais de significativos aportes recentes no setor portuário nacional pelo Porto de Roterdã.

Grandes empresas neerlandesas, como Shell, Unilever, Heineken, AkzoNobel, Makro, KLM, Philips e Boskalis e Arcadis, além de instituições financeiras – Banco ABN Amro e Rabobank –, têm fortes interesses no Brasil.

Registra-se também aumento da presença de empresas brasileiras nos Países Baixos, atraídas pelo ambiente empresarial favorável, bem como pela rede de infraestrutura. Petrobras, Embraer, Braskem, Bertin Agropecuária, Cutrale, Perdigão e Seara Foods são algumas das principais empresas brasileiras instaladas no país. Em 2021, segundo o Banco Central, os Países Baixos figuravam como principal destino dos investimentos diretos do Brasil no exterior, com estoque de cerca de US\$ 81 bilhões e concentrando cerca de 19% do montante total.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

O governo dos Países Baixos não se comprometeu com posição sobre o Acordo de Associação Mercosul-UE, apesar de atuar de maneira construtiva, propondo compromisso que atenda às preocupações ambientais, climáticas e de sustentabilidade da EU, sem prejuízo do acordo comercial entre a UE e o MERCOSUL.

Resistências ao acordo no parlamento neerlandês e na sociedade civil do país geralmente apontam para supostos efeitos negativos que possam ser engendrados pelo tratado à agricultura local. Relatório encomendado pelo próprio parlamento neerlandês à Universidade de Wageningen, entretanto, já chegou à conclusão que os potenciais efeitos do acordo sobre a economia dos Países Baixos são, em geral, positivos.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A cooperação em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) tem sido aprofundada desde 2011, quando foi firmado Memorando de Entendimento sobre a matéria. O Brasil foi escolhido como um dos dezesseis parceiros prioritários para atividades conjuntas em CT&I, em reconhecimento da boa infraestrutura científica brasileira, bem como da presença significativa de empresas neerlandesas no país. O mais importante mecanismo permanente de diálogo e cooperação em CT&I é o Comitê Conjunto Brasil - Países Baixos em Ciência, Tecnologia e Inovação. A V reunião do Comitê Conjunto ocorreu em março de 2022, na Haia.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

O Acordo entre o Brasil e os Países Baixos sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em 2011, entrou em vigor em 2019. Dentre os objetivos do Acordo estão os seguintes:

- Promover a cooperação nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa;
- Intercambiar informações e experiências operacionais, incluindo aquelas vinculadas a operações de manutenção da paz;
- Compartilhar experiências na área de tecnologia de defesa;
- Realizar exercícios militares conjuntos e ações combinadas de treinamento e instrução militar. A Embaixada em Haia conta com o apoio dos adidos militares residentes em Berlim.

COOPERAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL

Na promoção da cultura brasileira, a Embaixada tem-se centrado nas manifestações que encontram maior ressonância na sociedade local. Uma das áreas que se destacam, nesse sentido, é o cinema. O Itamaraty faz, anualmente, contribuição financeira à produção do Festival Internacional de Cinema de Roterdã para incrementar a presença de diretores, atores e produtores de filmes nacionais exibidos na mostra.

No que se refere à cooperação educacional entre universidades neerlandesas e brasileiras, destaca-se a cooperação com a Universidade de Leiden, a mais antiga dos Países Baixos. A cooperação se desenvolve, em particular, em torno da Cátedra Rui Barbosa, a única existente no país a dedicar-se exclusivamente a estudos brasileiros. Ainda nesse sentido, foi assinado, em 2016, Memorando de Entendimento entre o Instituto Humanize e a Universidade de Leiden. O Instituto Humanize foi representado por sua diretora executiva, Georgia Pessoa. O memorando prevê a cooperação entre as duas entidades para o desenvolvimento de atividades conjuntas em áreas de interesse, inclusive no âmbito da Cátedra Rui Barbosa.

CONSULTAS POLÍTICAS

No âmbito político, a principal plataforma formal, estruturada e periódico de diálogo político bilateral é o Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Países Baixos, firmado em 2007. Desde então, foram realizadas seis reuniões no âmbito do mecanismo (duas em 2014, 2015, 2017, 2019 e 2022), todas em nível de secretários.

ASSUNTOS CONSULARES

Há cerca de 35 mil brasileiros regularizados nos Países Baixos, além de cerca de 35 mil em situação informal. O Brasil possui Consulado-Geral em Amsterdã. Há, ademais, o Conselho de Cidadania dos Países Baixos e Cônsul Honorário do Brasil em Utrecht. Os Países Baixos, por sua vez, além de Embaixada em Brasília, possuem Consulados-Gerais em São Paulo e no Rio de Janeiro, e Consulados Honorários em Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Santos e Vila Velha.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

O monarca neerlandês compõe o governo, nomeia prefeitos e governadores e preside o Conselho de Estado. O centro do sistema político do país é, porém, o parlamento, ou Estados-gerais, incumbido de revisar e aprovar os atos do governo e de legislar.

A cada quatro anos, realizam-se eleições para os 150 assentos da câmara baixa, por meio de sistema de lista baseado na representação proporcional. O Senado, por sua vez, conta com 75 membros eleitos indiretamente, por quatro anos, pelas assembleias das províncias; tem competência apenas para ratificar ou rejeitar, em sua integralidade, os textos aprovados pela Câmara dos Deputados.

Um dos eixos a orientar o funcionamento do sistema político neerlandês é o chamado modelo *polder* de tomada de decisões sobre temas com grande repercussão socioeconômica, por meio da construção de consensos entre governo, oposição, sindicatos, associações patronais e outros atores não-governamentais relevantes. Além de promover convergências, esse modelo acaba por favorecer forças políticas centristas, mais dispostas a ceder em algumas matérias, desde que o núcleo e seus projetos sejam preservados. São exemplos desse modo de proceder, os amplos acordos que viabilizaram a aprovação, no correr de 2019, de reforma do sistema previdenciário e do Acordo Climático e Energético nacional.

Outro pilar da política neerlandesa é a concessão de caráter técnico a decisões que envolvam assuntos complexos e com potencial de divisão social, mediante a designação de grupos de especialistas para sugerir linhas de ação, com o intuito de despolitizar o processo decisório. No passado recente, esse foi o caminho escolhido para possibilitar avanços nas políticas públicas em temas éticos e médicos, como o aborto e a eutanásia.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO

Câmara dos Representantes:

- Governo (77 cadeiras – 51%):
 - Partido do Povo para Liberdade e Democracia (VVD, centro-direita), do primeiro-ministro Mark Rutte – 34 cadeiras;
 - Democratas 66 (D66, centro-esquerda) – 24 cadeiras;
 - Apelo Cristão-Democrata (CDA, centro-direita) – 14 cadeiras;
 - União Cristã (CU, centro) – 5 cadeiras.
- Oposição (73 cadeiras – 49%):
 - Partido para Liberdade (PPV, direita nacionalista) – 17 cadeiras;
 - Partido Socialista (SP, esquerda) – 9 cadeiras;
 - Partido Trabalhista (PvdA, centro-esquerda) – 9 cadeiras;
 - *GroenLinks* (GL, centro-esquerda ambientalista) – 8 cadeiras;
 - Partido para os Animais (PvdD, esquerda) – 6 cadeiras;

- Fórum pela Democracia (FvD, direita nacionalista) – 5 cadeiras;
- Outros partidos e independentes – 19 cadeiras;

Senado:

- Governo (32 cadeiras – 43%):
 - Partido do Povo para Liberdade e Democracia – 12 cadeiras;
 - Apelo Cristão-Democrata – 9 cadeiras;
 - Democratas 66 – 7 cadeiras;
 - União Cristã – 4 cadeiras.
- Oposição (43 cadeiras – 57%):
 - *GroenLinks* – 8 cadeiras;
 - Resposta Certa 2021 (JA21, direita) – 7 cadeiras;
 - Partido Trabalhista – 6 cadeiras;
 - Partido para Liberdade – 5 cadeiras;
 - Partido Socialista – 4 cadeiras;
 - Outros partidos e independentes – 13 cadeiras;

CONTEXTO RECENTE

As eleições para a Câmara Baixa do parlamento neerlandês foram realizadas em março de 2021. Apesar da pandemia de Covid-19, o comparecimento às urnas foi bastante elevado, estimado até agora em 82,6%.

O VVD, partido do primeiro-ministro Mark Rutte, continua com a maior bancada na câmara baixa, totalizando 34 parlamentares. Esse resultado, inclusive, é superior ao de 2017, quando o partido conquistou 33 assentos. A campanha do VVD foi centrada no combate à pandemia e, principalmente, na figura do próprio Mark Rutte, com pouca divulgação da agenda e propostas do partido.

O segundo maior partido da coalizão governista no mandato passado de Mark Rutte, o D66, tem sido descrito como o grande vitorioso das eleições. A estratégia do D66, partido considerado de centro e em linha com o chamado liberalismo social, consistiu em enfatizar sua agenda mais “progressista”, especialmente em temas de meio ambiente, mas também com propostas sobre o sistema de ensino e de construção de casas populares. Ao enfatizar a agenda de meio ambiente e de causas sociais, o D66 absorveu parte do eleitorado dos partidos de esquerda.

Com a terceira maior bancada, o PVV, partido de viés nacionalista e anti-imigração, confirma-se, assim, como maior partido de oposição, uma vez que resta claro que nenhum dos lados vislumbra coalizão do PVV com VVD e D66.

Por fim, os partidos de oposição à esquerda tiveram desempenhos eleitorais aquém do esperado. Os partidos de esquerda foram prejudicados, presumivelmente, pela eficiente campanha do D66, que enfatizou a dimensão progressista de sua agenda, especialmente em temas ambientais e sociais.

Após o mais longo período da história política dos Países Baixos para formação de novo gabinete, o primeiro-ministro Mark Rutte, do VVD, foi reconduzido ao cargo pela quarta vez, em janeiro de 2022, à frente de 19 ministros e 9 secretários de Estado, cargos divididos igualmente entre mulheres e homens. Para sua viabilização, a formação do novo gabinete exigiu contrapartida financeira de monta, cujo impacto nos

cofres públicos, na avaliação dos especialistas mais críticos, distanciará os Países Baixos de seu tradicional apego a políticas fiscais responsáveis.

A coalizão possui exatamente a mesma composição do gabinete anterior – VVD, D66, CDA e ChristenUnie. A constituição do novo gabinete reflete os resultados das últimas eleições. Oito ministros e três secretários de Estado proveem do VVD, ao passo que o D66 levou seis ministérios e três secretarias de Estado. Ao CDA, couberam apenas quatro ministérios e duas secretarias de Estado, enquanto dois ministros e um secretário de Estado são afiliados ao ChristenUnie. O novo acordo de coalizão, intitulado “Cuidando uns dos outros, ansiosos pelo futuro”, divide-se em sete capítulos, que definem os principais vetores de atuação do governo: Estado democrático de direito; meio ambiente; segurança e justiça; igualdade de oportunidades; prosperidade e economia; saúde; e internacional.

CURAÇÃO, ARUBA E SÃO MARTINHO

O Reino dos Países Baixos é formado por quatro unidades administrativas: Países Baixos, Aruba, Curaçao e São Martinho. As três localidades caribenhas têm estatuto independente, com governo e eleições próprios, embora suas políticas de defesa e externa fiquem a cargo dos Países Baixos.

Curaçao, Aruba e São Martinho possuem seus próprios Governadores, que representam localmente o rei dos Países Baixos e são, oficialmente, os chefes de governo nos respectivos países. O Governador é indicado pelo rei para mandatos de seis anos, podendo ser estendido por mais um mandato. Na prática, porém, o Governador não possui responsabilidades administrativas, que ficam a cargo dos governos eleitos localmente, em modelo parlamentarista.

Curaçao, Aruba e São Martinho também possuem ministros Plenipotenciários na Haia para representar os interesses de seus governos junto aos Países Baixos. Os ministros Plenipotenciários, juntamente com o gabinete dos Países Baixos, formam o Conselho de ministro do Reino.

MUNICÍPIOS ESPECIAIS

No Caribe, há, ainda, três territórios classificados como municípios especiais: Bonaire, Saba e Santo Eustáquio. Cada um dos municípios possui um Conselho Executivo para gerir administrativamente a localidade, sob escrutínio no Conselho da Ilha, que são uma espécie de legislativo local. As localidades também possuem, em sua estrutura administrativa, um Representante do Reino e interlocução permanente com o Escritório Nacional para as Ilhas Caribenhas.

É possível, ainda, que o governo central decida dissolver as autoridades das ilhas por um comissário do governo, como ocorreu em Santo Eustáquio em 2018. À época, entendeu-se que as instâncias municipais não estavam realizando suas tarefas adequadamente. O comissário do governo ficará na ilha até que a administração central julgue adequado.

POLÍTICA EXTERNA

EIXOS DA POLÍTICA EXTERNA NEERLANDESA

Em sua inserção no ambiente internacional, os Países Baixos atuam, tradicionalmente, como promotor da estabilidade, por meio da defesa do livre comércio, do multilateralismo e do respeito ao direito internacional. O país, geograficamente situado entre as três principais potências europeias (Alemanha, França e Reino Unido), possui economia altamente integrada às redes globais de produção, tira proveito de sua posição estratégica na Europa para servir de hub de transporte e promove comércio exterior de inegável relevância em sua economia – o que confere pragmatismo à atuação internacional neerlandesa, que, ademais, emprega a Europa como plataforma para sua atuação internacional.

As autoridades neerlandesas desde o fim da segunda guerra mundial, têm propugnado pelo multilateralismo, livre comércio e direito internacional como pressupostos virtuosos da ordem internacional. Essas características, sustentadas por governos de diferentes gradações ideológicas ao longo das últimas décadas, passaram a constituir o cerne da autoimagem nacional e das estratégias de política externa adotadas desde então.

Características próprias deste país e de sua sociedade têm reforçado tais diretrizes. Cabe, nesse sentido, assinalar a relevância atribuída à justiça. Destaca-se o papel da Haia como sede de numerosas organizações internacionais. Também contribuiu para tanto a percepção pragmática de que a cooperação estabelecida em organizações internacionais e regionais, como a União Europeia, a OTAN e as Nações Unidas é elemento fundamental da estabilidade e prosperidade nacionais. Compõe esse idealismo pragmático, adicionalmente, o anseio das lideranças locais de estabelecer linha independente de atuação externa. Desse modo, buscam evitar atrelar-se excessivamente a qualquer país ou região, mediante a busca permanente de contrapesos.

Tal quadro de fundo tem orientado a política externa neerlandesa no longo prazo - a UE representando a prosperidade, a OTAN, a segurança, e a ONU, a governança e a cooperação global.

POLÍTICA EXTERNA NO ACORDO DE COALIZÃO

O último capítulo do acordo de coalizão trata das relações internacionais dos Países Baixos no quarto governo Rutte.

O documento reconhece as mudanças nas relações de poder no mundo e a instabilidade na Europa. Admite a necessidade de proteção mais ativa da liberdade, segurança e prosperidade, em razão da postura de países como a China e a Rússia, bem como da mudança de direcionamento do vetor de atuação dos Estados Unidos para a Ásia. O documento enumera, ademais, o que identifica como os principais desafios globais contemporâneos: mudanças climáticas, resposta a pandemias, migração, recuperação econômica e desigualdades. O enfrentamento desses problemas, segundo a perspectiva do governo neerlandês, por meio de atuação europeia decidida.

Em relação à União Europeia, os Países Baixos se propõem a adotar postura de liderança para a conformação de bloco “mais decisivo, mais forte, mais ecológico e mais seguro”. O acordo de coalizão propõe maior assertividade da União Europeia contra Estados membros que violam acordos, valores compartilhados ou o Estado de direito. Também defende atuação europeia mais enfática em matéria relativa à aplicação de sanções e à violação de direitos humanos, bem como a constituição de Conselho de Segurança europeu. Propugna, igualmente, a modernização do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) europeu, maior transparência no processo de tomada de decisões da EU e cooperação acrescida com países dos Bálcãs Ocidentais.

Por sua vez, as relações exteriores neerlandesas guiam-se por cinco vetores: promoção da cooperação internacional, por meio de atuação na EU e em organizações multilaterais, assim como do reforço do vínculo transatlântico e de novas parcerias; enfoque nos interesses internacionais; diminuição da dependência de bens e matérias-primas estratégicas; respeito ao direito na política externa; e melhores serviços para cidadãos neerlandeses no exterior. O documento estabelece o objetivo de tirar proveito do peso econômico da União europeia na aplicação de sanções; de criminalizar a espionagem; de revisar normas sobre perda de nacionalidade neerlandesa a cidadãos detentores de múltiplas nacionalidades; de responsabilizar os responsáveis pelo ataque ao voo MH17; de adotar medidas contra violações de direitos humanos, de reconhecer genocídios; e de buscar solução de dois Estados para a resolução do conflito entre Israel e a Palestina.

No campo do comércio exterior, propõe-se consecução de política comercial ativa, por meio da celebração de tratados de comércio e de investimentos que estabeleçam altos padrões de produção, de respeito aos direitos humanos, de segurança alimentar, de crescimento sustentável e de respeito ao clima. Há disposição sobre apoio à internacionalização de empreendedores neerlandeses e sobre promoção de legislação internacional sobre responsabilidade social corporativa.

O segundo subcapítulo do capítulo sobre relações internacionais do acordo de coalizão versa sobre migração, estabelecendo a necessidade de melhor controle migratório, reconhecendo a necessidade de mão de obra estrangeira e a de combater abusos contra migrantes laborais. Defende-se, igualmente, a revisão do Sistema Europeu Conjunto de Asilo. Propõe, também, o estabelecimento de parcerias com países terceiros para gerenciar fluxos migratórios e reforçar as fronteiras externas da EU. Por outro lado, o acordo estabelece a necessidade de políticas voltadas para sanar as causas profundas da imigração, por meio do comércio exterior e da cooperação para o desenvolvimento.

CONFLITO NA UCRÂNIA

Os Países Baixos, que reabriram sua Embaixada em Kiev, em 29/4, apoiam decisivamente a Ucrânia no conflito com a Rússia, tanto por meio do fornecimento de equipamento militar quanto da aplicação de sanções econômicas contra Moscou. Além disso, os neerlandeses têm angariado suporte político em favor da Ucrânia, inclusive com vistas à futura responsabilização de perpetradores de atos violadores de normas internacionais no referido conflito. Os Países Baixos afirmaram, ademais, seu apoio

para o esforço vindouro de reconstrução da Ucrânia. O ministro das Relações Exteriores neerlandês, Wopke Hoekstra, realizou visita à Ucrânia em duas ocasiões diferentes, a primeira em 2/2, quando acompanhou o primeiro-ministro Mark Rutte, e a segunda em 10/5.

De fato, além do fornecimento de armamento, como obuses blindados, capacetes de combate, coletes balísticos, detectores de metal, robôs para desminagem, sistemas de radar para localização de armamentos, rifles de precisão e munição, os Países Baixos têm fornecido treinamento às tropas ucranianas para a operação desses. A Haia também enviou equipe forense ao território ucraniano para subsidiar investigações do Tribunal Penal Internacional (TPI) sobre o cometimento de crimes de Guerra no referido conflito. Ademais, os neerlandeses enviaram ajuda humanitária, distribuindo alimentos e água, além de disponibilizar assistência médica.

Os Países Baixos copatrocinaram e acolheram, ademais, em 14/7, a Conferência para Responsabilização na Ucrânia, que resultou em declaração política firmada por 45 Estados, entre os quais três latino-americanos (Colômbia, Costa Rica e México). O documento condena a agressão russa à Ucrânia E estabeleceu "grupo de diálogo", com vistas a permitir a coordenação entre Estados e organismos internacionais no que se refere às ações e critérios para coleta de evidências que possam ser empregadas em eventuais julgamentos subsequentes.

ECONOMIA

Os Países Baixos, com o oitavo maior produto interno bruto (PIB) “per capita” do mundo (USD 63.445,00), são a décima-sétima maior economia mundial e a sexta maior da União Europeia com base em dados do ano de 2021.

O PIB neerlandês é marcado em sua composição tanto pela importância dos serviços quanto da balança comercial, caracterizada por superávits importantes. O setor de serviços é o que mais contribui para o PIB neerlandês, representando cerca de 70% do agregado. Os principais segmentos do setor de serviços são transporte, distribuição de mercadorias, serviços financeiros e turismo. Não pode ser menosprezada a relevância, no país, do setor de transportes, em que o aeroporto de Schiphol e o porto de Roterdã exercem papel nodal nas redes de fluxos de pessoas e de cargas europeias.

A economia dos Países Baixos, altamente competitiva, conta com amplo setor manufatureiro - com destaque para a indústria de maquinário, a química, a de refino de petróleo, a de exploração de gás, a microeletrônica e a de processamento de alimentos. O governo tem incentivado o novo desenvolvimento industrial nas áreas de microeletrônica, biotecnologia e economia digital. O setor secundário contribui com cerca de 18% do PIB.

Apesar de contribuir com cerca de 2% do PIB, a agricultura neerlandesa é fortemente mecanizada e produtiva. Os Países Baixos possuem setor agropecuário intensamente mecanizado e de alta produtividade - com relevo para a horticultura ornamental, a produção de carne, de lácteos, ovos, vegetais, frutas e bebidas - que coloca o país na segunda posição entre os maiores exportadores de alimentos do mundo, logo atrás dos Estados Unidos.

Os Países Baixos são uma das nações mais bem colocadas no índice de competitividade do Fórum Econômico Mundial. O país desempenha, ainda, relevante papel como *hub* de transportes de pessoas e de carga na Europa. A economia neerlandesa caracteriza-se por alto grau de abertura internacional, altos superávits comerciais e baixas taxas de desemprego.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2022

Os Países Baixos são o terceiro maior exportador da zona do euro e obtém mais de dois terços do seu PIB do comércio de mercadorias.

Em 2022, as exportações neerlandesas chegaram a € 833 bilhões, 27,4% a mais que o ano de 2021. Os principais destinos das exportações foram Alemanha (24% do total), Bélgica (12%) e França (9%). Os principais produtos da pauta de exportação são maquinaria e equipamentos de transporte (28% do total), combustíveis minerais (23%) e alimentos (11%).

Os Países Baixos importaram cerca de € 730 bilhões (+29% em relação a 2021), sobretudo da Alemanha (17% do total), Bélgica (10%) e China (8,5%). Os principais produtos importados foram combustíveis (29%), maquinaria (26%) e alimentos e animais vivos (8,6%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1648	Os Tratados de Münster, conhecida como Paz de Vestfália, reconhecem oficialmente a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos.
1815	Formado, no Congresso de Viena, o Reino Unido dos Países Baixos, unindo o país com a Bélgica. O rei também herda o Grão-Ducado de Luxemburgo, a título pessoal.
1830	Bélgica conquista sua independência.
1890	Rompida união pessoal com Luxemburgo, quando o rei dos Países Baixos, Willem III, morre sem deixar herdeiros homens.
1914	Os Países Baixos mantêm sua neutralidade durante a Primeira Guerra Mundial.
1918	O imperador Guilherme II da Alemanha exila-se nos Países Baixos ao final da guerra.
1939	No romper da 2ª Guerra Mundial, os Países Baixos declaram sua neutralidade.
1940	A Alemanha nazista invade a Holanda em 10 de maio. A Família Real holandesa desloca-se para a Inglaterra.
1945	Os Países Baixos são membro fundador da ONU.
1948	Entra em vigor Tratado que estabeleceu a união aduaneira entre Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo (Benelux).
1949	As Índias Orientais Holandesas, que haviam sido ocupadas pelo Japão durante a 2ª Guerra Mundial, declaram independência, como Indonésia.
1949	Os Países Baixos abandonam sua política de neutralidade e se juntam à OTAN.
1952	Os Países Baixos são membro fundador da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).
1957	Os Países Baixos são membro fundador da Comunidade Econômica Europeia (CEE).
1963	A colônia holandesa da Nova Guiné é cedida à Indonésia.
1975	A colônia holandesa do Suriname alcança sua independência. Centenas de milhares de surinameses emigram para os Países Baixos.
2002	O euro substitui o florim holandês.
2010	No mês de outubro, as Antilhas Neerlandesas são dissolvidas. Curaçao e São Martinho tornam-se nações no Reino dos Países Baixos, enquanto Bonaire, Santo Eustáquio e Saba tornam-se municípios especiais autônomos.
2013	Willem-Alexander se torna rei, após abdicação de sua mãe, a rainha Beatrix.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1906	Tratado Relativo aos Limites entre o Brasil e a Colônia de Suriname (Guiana Holandesa).
1997	Visita do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, aos Países Baixos.
1998	Visita do vice-presidente Marco Maciel aos Países Baixos.
1998	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans van Mierlo, ao Brasil.
1998	Visita do príncipe herdeiro Willem-Alexander ao Brasil.
1998	Visita do primeiro-ministro Win Kok ao Brasil.
2000	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso aos Países Baixos.
2003	Visita da rainha Beatrix, do príncipe herdeiro Willem-Alexander e da princesa Máxima ao Brasil.
2005	Visita da princesa Máxima ao Brasil.
2007	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernard Bot, ao Brasil.
2008	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Países Baixos.
2009	Visita do primeiro-ministro Jan Peter Balkenende ao Brasil.
2009	Visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, aos Países Baixos.
2010	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Maxime Verhagen, ao Brasil.
2012	Visita ao Brasil da princesa Máxima, a convite do Banco Central Brasileiro, por suas funções na ONU e no G20 no campo do Financiamento de Inclusão.
2012	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Uri Rosenthal, ao Brasil.
2012	Visita ao Brasil do príncipe herdeiro Willem-Alexander e da princesa Máxima.
2013	Visita do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, aos Países-Baixos.
2014	Visita à Haia do vice-presidente da República, Michel Temer, no contexto da Cúpula de Segurança Nuclear na Haia.
2016	Visita do rei dos Países Baixos, Guilherme Alexandre, e do primeiro-ministro neerlandês, Mark Rutte, por ocasião dos Jogos Olímpicos.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

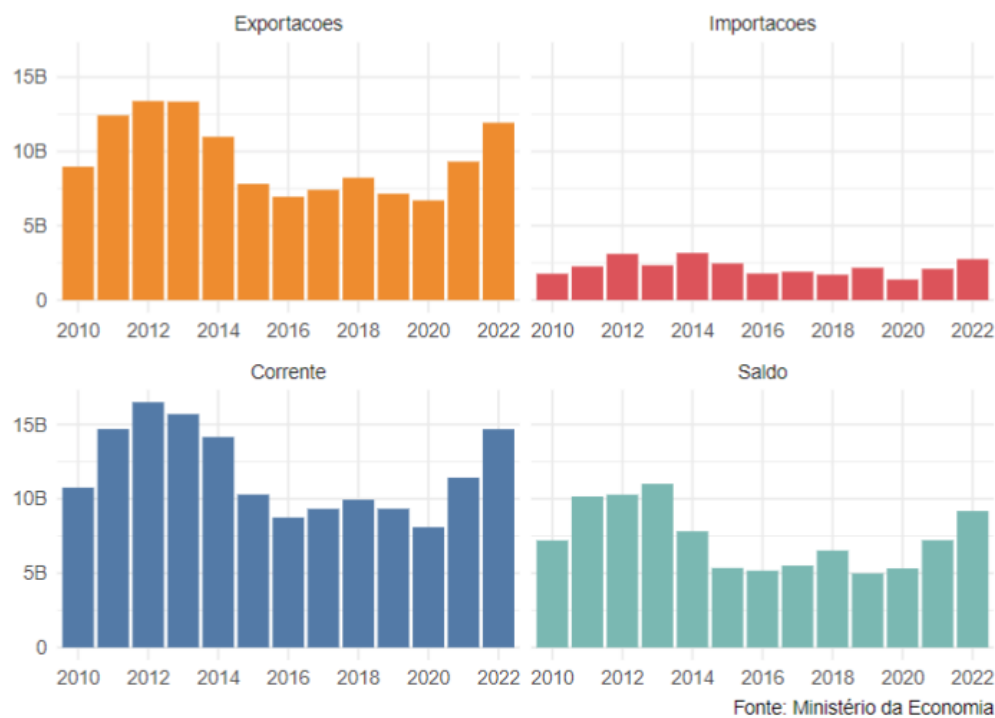
Título	Data de celebração	Status
Tratado Relativo aos Limites entre o Brasil e a Colônia de Suriname (Guiana Holandesa)	05/05/1906	Em vigor
Acordo Relativo ao Protocolo de Intenções para a Demarcação da Fronteira da Guiana Holandesa	22/09/1931	Em vigor
Acordo para a Liquidação dos Créditos Comerciais Holandeses Atrasados no Brasil	15/03/1937	Em vigor
Ata de encerramento dos Trabalhos de Demarcação das Fronteiras Brasil-Guiana Holandesa	30/04/1938	Em vigor
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista Brasil-Holanda de Desenvolvimento Econômico	16/08/1955	Em vigor
Acordo para a Abolição do Visto em Passaportes	30/01/1956	Em vigor
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita	16/03/1959	Em vigor
Acordo para a Extensão ao Suriname e às Antilhas Neerlandesas da Convenção Relativa à Assistência Judiciária Gratuita de 1959	16/11/1964	Em vigor
Acordo Cultural	12/10/1966	Em vigor
Convênio de Cooperação Técnica e Financeira no Instituto Holambra	24/01/1967	Em vigor
Ata Final dos Entendimentos Aeronáuticos	22/08/1969	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	25/09/1969	Em vigor
Troca de Notas Constituindo um Acordo de Privilégios e Imunidades aos Consulados e Funcionários Consulares de Carreira e aos Empregados Consulares	05/07/1973	Em vigor
Grupo de Trabalho Brasileiro-Holandês para Assuntos de Agricultura	06/07/1976	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos	06/07/1976	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial	23/07/1980	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, Modificativo do Quadro de Rotas constante do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos	19/03/1982	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, para a Modificação do Regime Operacional do Acordo sobre Transportes Aéreos de 06 de julho de 1976	08/11/1989	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, Modificativo do Quadro de Rotas Constante do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos de 06 de julho de 1976	14/11/1989	Em vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda	08/03/1990	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, Modificando o Anexo do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 06 de julho de 1976	21/03/1995	Em vigor

Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	31/07/1996	Em vigor
Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos	25/11/1998	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, para Emendar a Versão em Português do Acordo Básico de Cooperação Técnica	05/07/2000	Em vigor
Convenção Relativa à Assistência Administrativa Mútua para a Aplicação Apropriada da Legislação Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras	07/03/2002	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Implementação de Isenção Tributária Recíproca no Setor de Transporte Aéreo	09/06/2004	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Mudança do Clima e Desenvolvimento e Implementação de Projetos com base no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	16/12/2004	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	16/01/2007	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	11/04/2008	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo de Educação Superior e Técnico-Profissional	11/04/2008	Em vigor
Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos	23/01/2009	Em vigor
Acordo Relativo à Cooperação em Assuntos de Defesa	07/12/2011	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Curaçao, Referente a Transporte Aéreo entre Brasil e Curaçao	03/12/2013	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos, com Relação a Aruba	16/09/2014	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, que se estende a Aruba, Curaçao e Saint Maarten, a aplicação da Convenção Relativa à Assistência Administrativa Mútua para a Aplicação Adequada da Lei Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras	12/12/2014	Em vigor
Acordo sobre serviços aéreos, com relação a Sint Maarten	08/07/2019	Em vigor
Acordo sobre serviços aéreos	08/07/2019	Em vigor

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Fazenda.

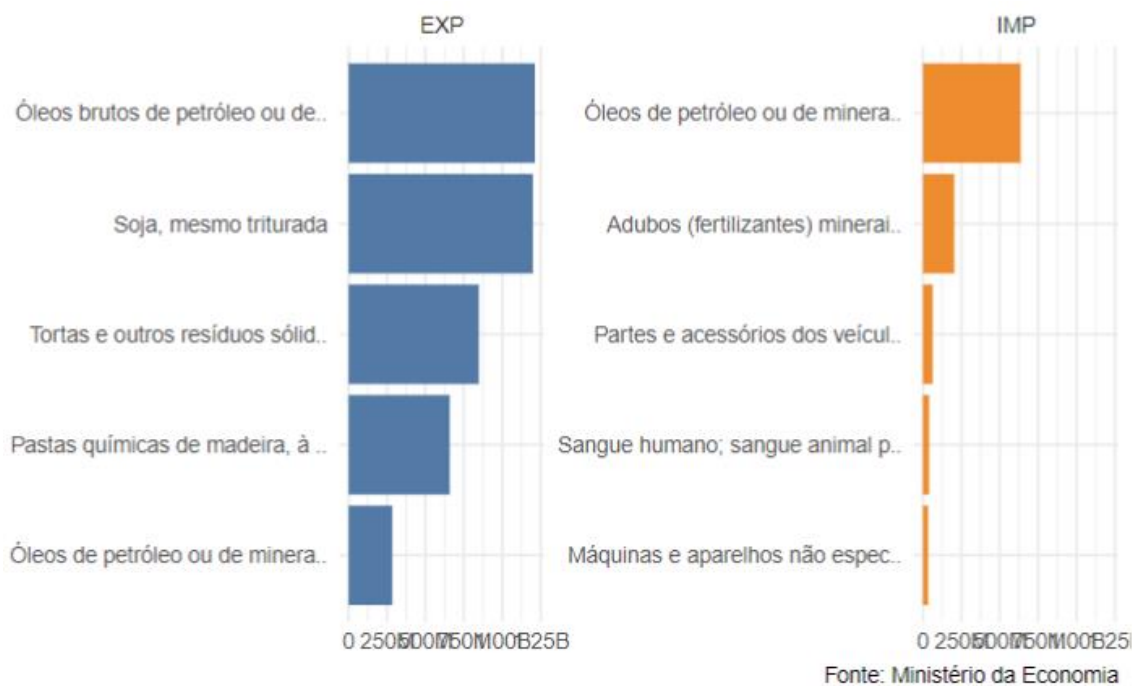
Fluxo de comércio anual



	2022	2021	2020	2019	2018
Exportacoes	11.928B (28.04%)	9.316B (38.94%)	6.705B (-6.34%)	7.159B (-13.01%)	8.230B (10.96%)
Importacoes	2.753B (30.97%)	2.102B (51.74%)	1.385B (-36.28%)	2.174B (27.27%)	1.708B (-10.51%)
Saldo	9.175B (27.18%)	7.214B (35.61%)	5.320B (6.71%)	4.985B (-23.56%)	6.522B (18.40%)
Corrente	14.6806B (28.58%)	11.4178B (41.13%)	8.0901B (-13.32%)	9.3330B (-6.09%)	9.9380B (6.57%)

	2017	2016	2015	2014	2013
Exportacoes	7.417B (6.65%)	6.955B (-11.06%)	7.819B (-28.82%)	10.984B (-17.72%)	13.350B (-0.27%)
Importacoes	1.909B (6.80%)	1.787B (-27.61%)	2.469B (-22.09%)	3.169B (35.14%)	2.345B (-24.53%)
Saldo	5.508B (6.60%)	5.167B (-3.42%)	5.350B (-31.54%)	7.816B (-28.98%)	11.005B (7.06%)
Corrente	9.3255B (6.68%)	8.7416B (-15.03%)	10.2875B (-27.31%)	14.1528B (-9.82%)	15.6944B (-4.84%)

Principais produtos da pauta comercial em 2022



Classificações do comércio

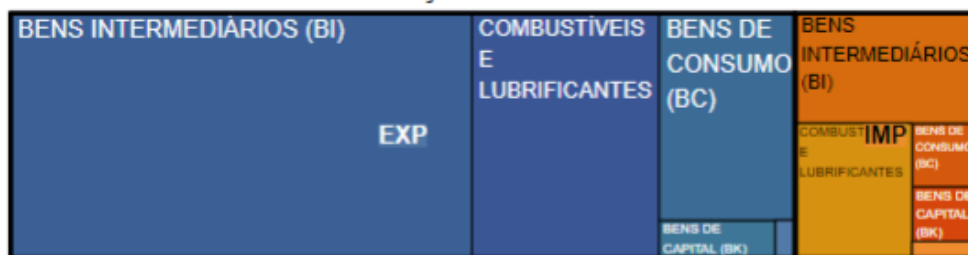
Classificação ISIC em 2022



Classificação Fator Agregado em 2022



Classificação CGCE em 2022



Classificação CUCI em 2022

